

Bets levam todo mês bilhões das famílias e deixam a conta para toda a sociedade

Em 2025, as perdas líquidas dos apostadores foram estimadas em R\$ 62,5 bilhões. O dinheiro que vai para as plataformas deixa de circular no comércio, gerar emprego e aumenta os gastos no SUS

A promessa era ganhar dinheiro pelo celular, mas a conta real – o prejuízo – vai para a família e para toda a sociedade. Em 2025, brasileiros perderam **R\$ 62,5 bilhões líquidos** para as bets, segundo estudo do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz). É um valor que saiu das mãos dos apostadores e foram para as casas de apostas online. Em média, foram cerca de **R\$ 5,2 bilhões por mês** que poderiam estar no orçamento das casas brasileiras.

Quando o salário acaba numa aposta, ele não compra arroz, feijão ou remédio. Não paga a conta de luz. Também deixa de circular na feira, no mercado e nas lojas do bairro. Quem aposta, geralmente perde em segundos um dinheiro que levou o mês inteiro para ganhar.

O prejuízo não vai apenas para quem aposta ou a sua família que, muitas vezes, acaba endividada, perde bens e fica com uma geladeira vazia. Toda a sociedade paga e, sem vender, o comércio e as empresas não geram empregos, diminuindo a velocidade da roda da economia.

Os números da dívida e das apostas

O endividamento geral das famílias brasileiras já vinha em linha de crescimento, mas encontrou nas apostas on-line um novo fator de impulsionamento e inadimplência estrutural. Ao longo dos anos, as bets afundaram milhões de famílias em dívidas que muitas vezes se tornaram tragédias com o adoecimento e até suicídios. Veja a evolução de acordo com dados do Banco Central e da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

- **R\$ 30 bilhões por mês:** Foi o volume máximo estimado pelo Banco Central que os brasileiros chegaram a movimentar nas plataformas. A perda líquida média das famílias (o dinheiro que entrava e nunca mais voltava) girava em torno de **R\$ 4,7 bilhões mensais**.

- **O rombo no comércio:** O desvio de renda para as apostas e a consequente inadimplência retiraram R\$ 143 bilhões do varejo entre 2023 e 2026. Esse valor equivale a somar todas as vendas de Natal dos anos de 2024 e 2025 no Brasil. É dinheiro que faz falta nas vendas e na capacidade das empresas de pagar fornecedores, manter postos de trabalho e contratar.

Quem ganha, quem perde

As plataformas ganham com o dinheiro apostado que não devolvem em prêmios. **Quem aposta perde** quando o resultado não vem — e pode comprometer recursos destinados às necessidades da casa. **A família perde junto**, mesmo quando só uma pessoa faz a aposta. E **o comércio perde vendas** quando o dinheiro deixa de ser gasto em produtos e serviços.

A dívida alimenta a próxima aposta

O prejuízo nem sempre encerra o jogo. Para quem perde o controle, ele vira motivo para continuar: a pessoa aposta de novo para tentar recuperar o salário, depois usa o cartão, pega empréstimo ou deixa uma conta vencer. A dívida cresce; a próxima aposta passa a parecer uma saída. É a bola de neve que pode levar o orçamento da família junto.

Algoritmo: o funcionamento dos aplicativos ajuda a manter esse ciclo. O jogo cabe no bolso, está disponível a qualquer hora e oferece resultados

rápidos. Ganhos ocasionais, a expectativa do próximo prêmio e estímulos na tela incentivam a repetição. Isso não significa que toda pessoa que aposta desenvolverá dependência. Significa que, para quem entra no ciclo de perdas e tentativas de recuperação, cada clique pode aumentar o rombo.

Proibição provoca reação, mas abre uma saída para as famílias

A proibição das bets por medida provisória, anunciada pelo governo federal em 25 de setembro, tem provocado reações contrárias, no entanto, para as famílias que convivem diariamente com dívidas e o sofrimento causados pelas apostas, a proibição representa a esperança de que o salário deixe de desaparecer na tela do celular e o ciclo de perdas finalmente seja interrompido.

Saúde mental: além dos fatores econômicos, a saúde é uma questão primordial nesse tema. O transtorno do jogo pode vir acompanhado de ansiedade, depressão, alterações no sono, isolamento e conflitos em casa e, segundo o Ministério da Saúde, os atendimentos relacionados ao vício do jogo e a problemas com apostas **cresceram cerca de 140% entre 2018 e 2025**.

As empresas do setor recolheram cerca de R\$ 9,95 bilhões em tributos federais no ano passado, mas **para cada R\$ 1 arrecadado pelo governo federal com as bets em 2025, os custos sociais associados às apostas chegaram a quase R\$ 4**. Estudo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), citado pelo ministério, estima em **R\$ 38,8 bilhões por ano** o custo social associado aos jogos, dos quais **R\$ 30,6 bilhões** estão ligados à saúde.

Fonte: www.cut.org.br/noticias

Violência financeira ameaça renda de milhões de idosos no Brasil

Golpes digitais, empréstimos não autorizados e descontos indevidos colocam em risco aposentadorias e pensões e ampliam o desafio de proteger os 60+

A aposentadoria deveria trazer segurança depois de uma vida inteira de trabalho. Para milhões de pessoas idosas, porém, o dinheiro que chega no fim do mês e deveria garantir comida, medicamentos, moradia e outras necessidades básicas está cada vez mais vulnerável a golpes, empréstimos não autorizados e descontos indevidos.

No primeiro semestre de 2024, o **Disque 100 recebeu 24.631 denúncias de violência patrimonial e financeira contra pessoas idosas**, dentro de mais de 90 mil denúncias de violência contra essa população. Por trás desse número estão aposentadorias comprometidas, benefícios desviados e patrimônios construídos ao longo de décadas de trabalho que acabam nas mãos de criminosos ou são consumidos por operações financeiras que a vítima não autorizou.

Um empréstimo que o idoso nunca contratou pode comprometer parte da aposentadoria durante meses. Uma fraude bancária pode levar justamente o dinheiro reservado para os medicamentos ou para o aluguel. Um desconto indevido pode obrigar a família a assumir uma despesa que deveria caber ao benefício.

Para quem vive com orçamento apertado, o golpe não termina quando o dinheiro desaparece da conta. **Começa ali uma luta para recuperar os recursos e reorganizar a vida.**

Golpes digitais ampliam a vulnerabilidade

São Paulo ajuda a mostrar como esse problema aparece no cotidiano. O estado registrou o maior número de denúncias de violência patrimonial e financeira contra idosos no país. Pesquisa da Fundação Seade mostra ainda que **oito em cada dez paulistas com 60 anos ou mais já sofreram ten-**

tativas de golpes virtuais.

Entre os entrevistados, 12% relataram abertura fraudulenta de contas ou contratação de empréstimos que não autorizaram. Outros 68% consideraram praticamente impossível se proteger das fraudes on-line.

Por isso, **a prevenção não pode começar apenas depois que o dinheiro desaparece.** Educação digital, segurança nas operações bancárias, fiscalização do crédito, canais acessíveis de denúncia e integração entre órgãos públicos e instituições financeiras são parte da resposta necessária.

Governo Lula prevê ampliar a rede de proteção

No âmbito federal, a proposta do governo Lula para o próximo mandato é **ampliar e fortalecer políticas que já estão em funcionamento**, combinando prevenção, educação digital, proteção dos benefícios e articulação entre órgãos públicos e instituições financeiras.

A estratégia parte de uma mudança importante de foco: não basta agir depois que o dinheiro foi perdido. É preciso orientar a população, dificultar a fraude, melhorar os mecanismos de segurança e facilitar tanto a denúncia quanto a recuperação dos recursos.

Entre as políticas já existentes estão iniciativas de educação e inclusão digital, o **Disque 100**, mecanismos de proteção dos benefícios previdenciários e ações de combate aos golpes digitais. A **Mensagem ao Congresso Nacional de 2026** prevê a continuidade e a ampliação de políticas como o **Viva Mais Cidadania**, o **Viva Mais Cidadania Digital** e o **Envelhecer nos Territórios**, além do fortalecimento das políticas de proteção dos direitos da pessoa idosa.

A proteção também passa pelo INSS, que mantém campanhas para alertar aposentados e pensionistas sobre

mensagens e contatos falsos usados para obter senhas, documentos e dados bancários.

Proteger a renda também é cuidar

A violência financeira não é a única ameaça ao orçamento de quem envelhece. Para quem vive de aposentadoria ou pensão, os gastos com medicamentos, consultas e cuidados podem consumir uma parcela importante da renda.

A **Política Nacional de Cuidados**, criada pela Lei nº 15.069/2024, reconhece o cuidado como direito e estabelece responsabilidades compartilhadas entre União, estados e municípios. O **Farmácia Popular** também ajuda a reduzir despesas ao oferecer medicamentos e fraldas geriátricas dentro dos critérios do programa.

Em junho de 2026, o Ministério da Saúde lançou o **PADI-Brasil**, Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa, com previsão de cerca de R\$ 500 milhões em recursos federais para ampliar o atendimento multiprofissional em casa. São R\$ 163,2 milhões previstos para 2026 e R\$ 329,3 milhões para 2027.

Na prática, políticas como essas podem representar dinheiro que permanece no orçamento familiar. Quando o idoso consegue medicamentos, atendimento e cuidados pela rede pública, diminui a necessidade de retirar parte da aposentadoria para pagar esses serviços. Para as famílias, também pode significar menos gastos e menor sobrecarga de quem assume os cuidados.

Por isso, **proteger a renda de quem envelhece não significa apenas combater golpes.** Também significa garantir saúde, cuidado, assistência e condições para que a pessoa preserve sua autonomia.

Matéria completa em www.cut.org.br